

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.255.547 - SP (2018/0046154-3)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE : DIOGO SILVA SANTANA**  
**ADVOGADO : MARCELO GOMES DA SILVA - SP177461**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **DIOGO SILVA SANTANA** contra decisão que não admitiu recurso especial ofertado de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Aduz a defesa que "neste ato o Recorrente prequestiona a falta de pronunciamento acerca do artigo 59 do Código Penal Brasileiro"(e-STJ, fl. 322).

Alega que "é de rigor a absolvição do recorrente margeado nos termos vastamente ilustrados, ressaltando-se ainda, que a favor do mesmo milita o direito constitucional ao estado de inocência, que somente pode ser infirmado mediante prova plena e indubitável de sua responsabilidade. Consequentemente, a dúvida deve sempre favorecê-lo." (e-STJ, fl. 324).

Requer a absolvição do recorrente.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 326-335), o recurso foi inadmitido com fundamento no óbice das Súmulas 7/STJ, 284/STF e pela falta de prequestionamento da matéria (e-STJ, fls. 338-340).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo (e-STJ, fls. 411-413).

**É o relatório.**

Decido.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que o recurso especial apresenta fundamentação que não permite a compreensão de como os dispositivos da legislação federal teriam sido violados ou mesmo de que modo o Tribunal de origem ter-lhe-iam negado vigência, de forma a atrair a tutela da instância especial.

Incide à espécie a Súmula 284/STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Ademais, o Tribunal de origem condenou o agravante sob os seguintes fundamentos:

"O quadro probatório é sólido e demonstra em seu conjunto a conduta ilícita dos acusados. As declarações das vítimas e das testemunhas estão em harmonia com as demais provas carreadas ao feito, em especial pelo seguro reconhecimento feito pela vítima Nathalia, apreensão da arma usada no crime na residência de Adja e res furtiva. De modo contrário, as versões apresentadas pelos réus restaram isoladas e contraditórias, não merecendo crédito. É de salientar que nem mesmo buscaram apresentar testemunhas de defesa para comprovar as versões de que estavam em casa quando dos fatos, não passando da esfera de mera argumentação.

É de se salientar que Adja e Diogo já haviam sido incriminados desde a fase inquisitorial, o que foi confirmado sob o crivo do

contraditório. Assim sendo, a condenação era a medida que se impunha, afastando-se a tese de insuficiência probatória." (e-STJ, fls. 305-306).

O acórdão combatido pontuou que "Adja e Diogo já haviam sido incriminados desde a fase inquisitorial, o que foi confirmado sob o crivo do contraditório. Assim sendo, a condenação era a medida que se impunha, afastando-se a tese de insuficiência probatória" (e-STJ, fl. 306). Dessa forma, para desconstituir o entendimento firmado pelo Tribunal de origem e decidir pela absolvição do agravante, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

A propósito:

"[...]

1. Inadmissível o exame da pretensão de absolvição e de desclassificação da conduta, quando concluída pela Corte de origem que a materialidade e autoria do delito restaram fundamentadas em provas inquisitorial e judicial, em razão da necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental improvido."

(AgRg no AREsp 1.131.028/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018).

"[...]

Desconstituir o entendimento firmado, no intuito de abrigar o pleito defensivo de absolvição, exigiria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável na via eleita ante o óbice da Súmula 7/STJ. (...)

2. Agravo regimental desprovido. Ordem concedida de ofício para reduzir a reprimenda corporal, com a adequação do regime inicial de cumprimento da pena."

(AgRg no AREsp 1.024.563/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 04/04/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC c/c art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator